

TRABALHO PRESCRITO, REAL E ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO DO SOFRIMENTO DE JORNALISTAS DE UM ÓRGÃO PÚBLICO

Felipe Burle dos Anjos^a

^aIbac - Instituto Brasiliense de Análise do Comportamento, Brasília, DF, Brasil

Ana Magnólia Mendes^b

^bUniversidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

Adalberto Vital dos Santos^c

^cUniversidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil

Emilio Peres Facas^d

^dUniversidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

Resumo

Este estudo investiga o impacto da discrepância entre o trabalho prescrito e o real nas estratégias de mediação frente ao sofrimento dos jornalistas. Os participantes são servidores públicos jornalistas. O referencial teórico é da Psicodinâmica do Trabalho. Os modelos atuais de organização do trabalho tendem a aumentar a distância entre trabalho prescrito e real. A pesquisa utiliza método qualitativo. A coleta de dados referentes ao trabalho prescrito foi pesquisa documental; a coleta referente ao trabalho real consistiu em seis entrevistas individuais com roteiro semi-estruturado. Todas as entrevistas foram submetidas à Análise de Núcleos de Sentido. Os resultados apontam discrepâncias entre as prescrições e entre as prescrições e o real. Este se caracteriza como uma organização do trabalho flexível, boa remuneração, alta qualificação dos profissionais, identificação com a profissão de jornalista, estabilidade de emprego e bastante tempo ocioso, contrariando a pressão por produção e o ritmo acelerado do referencial teórico encontrado. Demonstra-se um grave quadro de alienação cultural, liderança deficiente, precarização das condições de trabalho, sentimentos de frustração profissional, descompromisso com a instituição e desamparo pela ausência de diálogo sobre o trabalho com a hierarquia. Conclui-se que há um empobrecimento do sentido do trabalho pela estrutura do serviço público.

Palavras-chave: Psicodinâmica do Trabalho; Estratégias de Mediação do Sofrimento; Jornalistas

1. INTRODUÇÃO

O artigo trata de um estudo exploratório cujo objetivo geral foi investigar o impacto da discrepância entre trabalho prescrito e real nas estratégias de mediação frente ao sofrimento de jornalistas do serviço público. Mais especificamente, descreve a organização do trabalho dos jornalistas do serviço público; verifica a discrepância entre trabalho prescrito e real; e identifica seus efeitos sobre o sofrimento e as estratégias de mediação utilizadas. A escolha de tal categoria profissional se dá frente a escassa quantidade de estudos publicados no Brasil com esta categoria profissional no campo de saúde e trabalho, sendo que nenhuma delas utiliza como principal referencial teórico a Psicodinâmica do Trabalho, que privilegia as dinâmicas inter-subjetivas do trabalhador – desveladas por meio de sua fala – e investiga, assim, o modo como o jornalista lida com o sofrimento em seu trabalho. Além disso, é interessante pensar de que forma a produção das informações noticiadas estão contextualizadas¹, uma vez que assim será possível compreender melhor a mensagem transmitida.

1.1. O trabalho de jornalistas do serviço público

A Comunicação Social ganhou enorme prestígio enquanto ferramenta institucional e estatal, principalmente depois da 2ª Grande Guerra. O controle social se fortaleceu com um bombardeio de informações visando o “esclarecimento”. Prestígio que aumentou com o alcance obtido com as novas tecnologias da informação, com a imprensa, o rádio, a TV e a Internet. O desenvolvimento da imprensa foi estimulado pelo processo de democratização política (DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993). Os pilares da nova sociedade são os meios de comunicação e as tecnologias da informação (LUQUE, 2006).

Nesse contexto, o trabalho do jornalista impacta na vida de inúmeras pessoas. Noticiar, enquanto trabalho, sofreu transformações radicais ao longo da história (SEABRA, 2002). Resultados da Revolução Industrial produziram efeitos profundos na sociedade, de uma forma geral, e também no campo do jornalismo.

“A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH & RESENTIEL, 2003, p. 31). Apesar da ausência de unanimidade na definição da missão do jornalista, adotaremos esta por entender que abrange inúmeras modalidades dessa profissão e para ficar em sintonia com o critério adotado na coleta de dados da pesquisa, descrita posteriormente.

O jornalismo idealístico não se sustenta; por outro lado, a priorização dos outros vértices pode abalar a credibilidade do jornal, comprometendo a confiança necessária que o consumidor precisa sentir para tomar uma decisão baseada na informação. Tal confiança começa na definição de notícia (MEDINA, 1998).

O discurso sobre princípios jornalísticos versa pela objetividade e neutralidade utópicas em nome do interesse público que funciona mais como uma ferramenta de marketing acrescentando valor de uso (credibilidade) às informações veiculadas por determinado meio de comunicação². Acima do interesse público que deveria reger essa importante função social que exerce o Jornalismo, observa-se a racionalidade econômica, mais especificamente, a sobrevivência financeira da empresa.

Outra importante variável da credibilidade jornalística é a cobertura em tempo real. A informação tem que ser inédita e tem que noticiar o presente. A busca por um “furo” jornalístico, muitas vezes atropela requisitos básicos de investigação e comprovação da notícia, sinalizando uma possível manipulação (intencional ou não) da mesma.

1.2. Estudo sobre trabalho e saúde de jornalistas

Apesar de ser uma disciplina nova, as pesquisas que usam o referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil produziram estudos empíricos com uma ampla gama de categorias profissionais, desvelando

¹ Principalmente quando se refere ao que Sant’Anna (2008) chama de Mídia das Fontes, ou agências de informação de instituições públicas.

² Para maiores informações sobre esse processo de atribuição de valor ver a obra Trabalho Imaterial (LAZZAARTO e NEGRI, 2001).

aspectos invisíveis do trabalho, descrevendo as particularidades da organização do trabalho, vivências de prazer-sofrimento, estratégias de mediação do sofrimento, e identificando riscos e danos à saúde mental dos trabalhadores.

Os resultados apontam, além das idiossincrasias relativas a cada profissão, vivências de sofrimento comum a todos, por estarem contaminados pelos mesmos princípios científicos da organização do trabalho. A precarização do trabalho no Brasil se dá pela falta de condições materiais para se realizar o trabalho e com o escasso reconhecimento simbólico do sofrimento. A desregulamentação do trabalho acompanha a terceirização e a gestão do medo da demissão.

Vale relatar mais profundamente três estudos cuja Psicodinâmica do Trabalho tenha sido utilizada como um dos referenciais teóricos por terem sido realizados com profissionais com nível universitário e/ou que trabalham no serviço público.

Resende e Mendes (2004) investigam as vivências de prazer e sofrimento e suas relações com os valores individuais no trabalho bancário e concluíram que os bancários vivenciam prazer e sofrimento de forma moderada. Por ser a sobrevivência (segurança para si e para a família) a razão fundamental para estes bancários se manterem no emprego, observou-se estratégias de aceitação ou racionalização do sofrimento em busca de se manter o status quo no contexto da sociedade do desemprego estrutural e do medo da demissão.

O estudo de Mendonça e Mendes (2005) trata das experiências de injustiça, sofrimento e retaliação no contexto de uma organização pública. Demonstraram-se como as reações do trabalhador podem ser consideradas tipos de estratégias de enfrentamento do sofrimento e da insatisfação originados da experiência da injustiça. Foram evidenciadas reações de retirada dos investimentos pessoais, como o envolvimento e o comprometimento afetivo com o trabalho e reações de ataque.

Já Santos (2006) pesquisou as estratégias de fuga e enfrentamento frente às adversidades do trabalho docente. Ele verificou que os professores constroem estratégias de enfrentamento e afastamento às adversidades em três momentos. Primeiramente, observações feitas com os professores, coordenadores e diretores em situações cotidianas; no segundo momento, analisou documentos que organizam o trabalho pedagógico; e, finalmente, com entrevistas semi-estruturadas, constatou que os professores buscam antes encontrar sentido, satisfação e prazer na profissão e, no caso de insucesso, recorrem a estratégias de enfrentamento e afastamento como recurso para tornar a profissão menos desgastante. Alerta que as estratégias de mediação do sofrimento obtêm sucessos em curto prazo, mas podem deixar o sujeito alienado da realidade com o tempo.

Mais especificamente relacionado às produções em Psicodinâmica do Trabalho da categoria dos jornalistas, tem-se os três estudos empíricos a seguir.

Heloani (2006) sinaliza a baixa qualidade de vida dos jornalistas pesquisados, na qual todos “os sujeitos sem exceção reclamam da falta de tempo para seus familiares, sendo que a maioria se queixa da dificuldade de constituir uma família” (HELOANI, 2006, p. 184). Por conta de uma acelerada esteira de produção, da sobrecarga de trabalho e da falta de dinheiro aliada à incerteza do futuro, poucos fizeram uma pós-graduação. Entretanto, o autor observou uma verdadeira paixão dos jornalistas por sua atividade.

Silva e Heloani (2007) dizem que a análise comparativa entre as categorias dos jornalistas e guardas municipais se dá por uma série de similaridades entre a gestão e a organização do trabalho e o estresse dos trabalhadores. Se por um lado temos os jornalistas como uma classe profissional intelectualizada, de outro temos os guardas municipais enquanto uma categoria profissional composta predominantemente pela camada social média-baixa. No entanto, o estresse e algumas vivências de sofrimento possuem grandes semelhanças.

Grisci e Rodrigues (2007) refletem criticamente sobre implicações da recente fase do modo de produção capitalista nas rotinas de produção do jornal, caracterizando o trabalho imaterial do pós-fordismo no jornalismo industrial. Os resultados exaltam que a compressão do tempo e a reestruturação do trabalho – com sobreposição/supressão de funções, encurtamento de produção de notícias verificado através da antecipação

e planejamento do deadline e avanço rumo à chamada multimídia – têm implicações reais sobre a vida do trabalhador da notícia, que muitas vezes só é percebido no seu limite, ou seja, no acidente ou na patologia

1.3. O referencial teórico da psicodinâmica do trabalho

A Psicodinâmica do Trabalho é uma disciplina que evoluiu da Psicopatologia do Trabalho (DEJOURS, 1993). O essencial de sua investigação é a normalidade, que não se concebe apenas pela ausência de doenças, “mas como o resultado sempre precário, das estratégias defensivas elaboradas para resistir a elas, no trabalho, é desestabilizante, até mesmo deletéria pelo funcionamento psíquico da saúde mental³” (DEJOURS, 1993, p. 136).

“Trabalhar é preencher o espaço entre o prescrito e o efetivo. Assim, para o clínico do trabalho, este se define como o que o sujeito deve acrescentar ao que foi prescrito para poder alcançar os objetivos que lhe foram atribuídos. Ou ainda: o que ele deve acrescentar por decisão própria para enfrentar o que não funciona quando ele se limita escrupulosamente à execução das prescrições” (DEJOURS, 2008aa, p. 39).

Organização do trabalho é definida como a divisão das tarefas e dos homens (DEJOURS, 2008a). Ela estabelece elementos prescritos que expressam as representações sobre a divisão do trabalho, as normas, o tempo e o controle exigido para o desempenho na tarefa; prescrição que nem sempre corresponde ao trabalho real. Tal divisão organiza subjetivamente o indivíduo por meio das vivências de prazer e de sofrimento, e que ajuda ou atrapalha sua mobilização subjetiva, seu engajamento afetivo-emocional no compromisso com o trabalho.

Compromisso fortalecido pela dinâmica contribuição/retribuição (DEJOURS, 2004a). O sujeito contribui atendendo demandas, obedecendo a ordens e resolvendo problemas, e espera retribuição tanto material quanto simbólica pela sua dedicação. Pesquisas mostram que a dimensão simbólica constitui a parte mais importante e negligenciada da retribuição (DEJOURS, 2008b).

O sofrimento é inerente à condição humana, mas nem por isso deve ser banalizado ou naturalizado (DEJOURS, 1998). Ele está presente no momento criativo, quando o sujeito se depara com uma situação inédita ou não prevista que precisa ser resolvida. Além disso, o sofrimento se encontra na discrepância entre o trabalho prescrito e o trabalho real.

O trabalho prescrito corresponde ao que antecede a execução da tarefa. Um registro que satisfaz uma necessidade de orientação, burocratização e fiscalização. É fonte de reconhecimento e de punição. Já o trabalho real é o próprio momento de execução. Dejours (2004a) chega a definir trabalho como tudo aquilo que não está prescrito, porque não é o prescrito que realiza o trabalho, mas a ação real do trabalhador. Sem menosprezar a importância do planejamento para coordenação das forças de trabalho de uma empresa, é importante ressaltar o papel do funcionário.

A realidade do trabalho é muito complexa. Nenhuma regra (ou manual) pode dar conta de todas as situações. Há uma infinidade de possibilidades diferentes das previstas pela prescrição que podem acontecer no momento da execução: ineditismos, imprevistos, contradições, ambivalências, falhas, etc. E como variável de ajuste dessa engenharia tem-se o trabalhador. É ele quem se depara com a realidade e julga se as condições de trabalho dão suporte à execução e julga se deve ou não seguir as regras para se alcançar os resultados esperados.

A prescrição adquiriu um atestado de qualidade; de que a engenharia elaborada numa folha de papel é impecável, e que se há erro, este se deu por falha humana – e subentende-se que a falha humana nunca é daquele que planeja, mas sempre daquele que executa (DEJOURS, 1997).

³“Mais comme le résultat toujours précaire, de stratégies défensives élaborées pour résister à ce qui, dans le travail, est déstabilisant, voire délétère pour le fonctionnement psychique et la santé mentale” (DEJOURS, 1993, p. 136) – tradução livre.

Constata-se então que a prescrição do trabalho nunca contempla a totalidade da realidade com que se depara o trabalhador. A distância entre planejador e executor impede um espaço para discussão do trabalho e o funcionário, que tem o *savoir-faire* de uma especialidade só realizada por ele, não tem como conversar sobre o que está acontecendo, sugerir modificações ou adaptações. O espaço de discussão foi cada vez mais sendo restrito dentro da velocidade com que corre a esteira de produção (KARAM, 2007).

A prescrição, caso seguida à risca, inviabiliza o trabalho (DEJOURS, ABDOUCHELI, JAYET, 1994). As greves do zelo, ou operações padrão, correspondem à obediência estrita das regras. Para alcançar os objetivos, o trabalhador faz uso de artimanhas e estratégias “fraudulentas”⁴. Isso, no entanto, constringe o trabalhador por desrespeitar as regras, ao mesmo tempo em que se sente recompensado por recorrer à sua criatividade, gerando todo um sentido pessoal do trabalho. A função do trabalho real, segundo DEJOURS (2001), é coordenar de forma cooperativa os *savoir-faire* dos trabalhadores para complementar a prescrição do trabalho.

Apenas uma pequena parte do trabalho real é visível aos olhos da prescrição e da organização do trabalho. A maior parte dele consiste em uma infinidade de comportamentos, sentimentos, pensamentos e atitudes não reconhecidos formalmente nem pela hierarquia, nem pelos consumidores, nem pelos pares, portanto, invisíveis. Para se captar o lado invisível do trabalho é preciso um olhar clínico. Dejours (2008a) cita cinco obstáculos principais à visibilidade do trabalho efetivo: “o constrangimento da clandestinidade associado à artimanha e ao zelo; os desafios na estratégia de poder; o déficit semiótico e a dominação simbólica⁵; a *métis* ou o conhecimento do trabalho pelo corpo; e as estratégias de defesa contra o sofrimento” (DEJOURS, 2008a, p. 51). O sofrimento no trabalho não é visível e os obstáculos listados ajudam a encobri-lo ainda mais, todavia, pode-se captar o sofrimento identificando suas estratégias de mediação.

O trabalho é fonte tanto de prazer quanto de sofrimento, vivências que implicam em uma contradição e não são excludentes. Essa contradição “é guiada por um movimento de luta do trabalhador para busca constante de prazer e evitação do sofrimento, com a finalidade de manter o seu equilíbrio psíquico” (MENDES e MORRONE, 2003, p. 27). Acrescenta-se que “não é a simples existência do prazer ou do sofrimento os indicadores de saúde, mas a diversidade das estratégias que podem ser utilizadas pelos trabalhadores para fazer face às situações geradoras de sofrimento e transformá-las em situações geradoras de prazer” (MENDES e MORRONE, 2003, p. 27).

Embora o sofrimento seja parte inerente da condição existencial, deve ser evitado, combatido e/ou ressignificado. Nas pesquisas empíricas e discussões teóricas da Psicodinâmica do Trabalho, tem-se considerado o prazer-sofrimento um construto único, cujas partes (prazer e sofrimento) são estudadas inseparadamente, e é tido como “originário das mediações utilizadas pelos trabalhadores para manterem a saúde, evitando o sofrimento e buscando alternativas para obter prazer” (FERREIRA e MENDES, 2003, p. 53); para lidarem com estratégias de mobilização coletiva e estratégias de defesa (FERREIRA e MENDES, 2003), que podem assim serem descritas:

Estratégias de Mobilização Coletiva: referem-se ao modo como os trabalhadores se organizam conjuntamente quando há o objetivo comum de eliminarem o custo negativo que o trabalho lhes impõe. Tais estratégias, para que sejam utilizadas, necessitam da existência de cooperação entre os trabalhadores (confiança e solidariedade entre os colegas de forma a permitirem que se chegue a um produto comum entre os trabalhadores) e de um espaço público de discussão, para que os trabalhadores possam expressar coletivamente seu sofrimento.

⁴ Dejours faz uso da palavra francesa *bricolage*, que em português, por falta de um termo mais preciso, traduz-se por “fraude”, embora em francês não carregue a mesma carga negativa que em português. Não deve passar a impressão de má-fé ou mau-caráter do trabalhador.

⁵ Déficit semiótico corresponde à situação a que se depara o trabalhador ao discutir o trabalho com o patrão ou com especialistas no trabalho, na qual ele se encontra dominado simbolicamente pelos recursos linguísticos e expressivos que dão vantagem aos dominadores, geralmente com maior repertório verbal sobre o tema em debate.

Estratégias Defensivas: são mecanismos utilizados pelos trabalhadores, por vezes de modo inconsciente, para negarem (negação do próprio sofrimento e sofrimento alheio no trabalho) ou racionalizarem (evitação e eufemização da angústia, medo e insegurança vivenciados no trabalho) o sofrimento e o custo humano no trabalho.

As estratégias de mobilização coletiva requerem cooperação e solidariedade entre os trabalhadores. A identificação com o colega é um referencial essencial da sua localização social. Para tanto é preciso um espaço para que o trabalhador possa se expressar, ouvir e se relacionar; um espaço de discussão. O coletivo de trabalhadores fortalece o indivíduo, que pode ter suas demandas negociadas com maior poder político, além de instituir uma rede de apoio social. O trabalho só acontece, na acepção de que a produção apenas se concretiza, caso haja um engajamento do trabalhador na realização da atividade. O sentido do trabalho organiza subjetivamente uma estrutura de identidade. O coletivo não se faz pelo simples agrupamento de trabalhadores, mas pelo estabelecimento de relações de cooperação entre eles, de confiança mútua e reconhecimento; somente concretizadas no relacionamento com o outro.

Já as estratégias defensivas, mesmo que às vezes constituindo-se de práticas sociais, culturais e implantadas nas relações com os outros, são táticas individuais. Com a fragilização do coletivo de trabalho, tais estratégias são cada vez mais requisitadas e negam ou racionalizam o sofrimento por meio de uma dinâmica alienante com a organização do trabalho.

A dinâmica do reconhecimento passa por um duplo julgamento – dos pares e da hierarquia. Para realizar uma tarefa e para alcançar objetivos, o trabalhador emprega uma inteligência que vai além da simples concretização da prescrição imposta. Diferente da inteligência mais abstrata do engenheiro ou da hierarquia que prescreve, o trabalhador faz uso de uma inteligência prática. A inteligência prática é a mobilização subjetiva do indivíduo no engajamento da atividade.

Refletindo sobre os processos de mobilização subjetiva e identificação, Dejours (2004a) sobrepõe o triângulo da dinâmica da identidade de Sigaut com o triângulo da Psicodinâmica do Trabalho. Ressalta-se a importância do trabalho para constituição da identidade e entende-se, sob esse referencial teórico, que toda crise no trabalho é uma crise de identidade. Os pólos do triângulo da Psicodinâmica correspondem aos seguintes: o Sofrimento, o Reconhecimento e o Trabalho (ou Tarefa).

Por Sofrimento entende-se o sujeito do ponto de vista da Psicanálise. É o sujeito desejante, e sofre por isso, ou seja, aquele que está sempre em falta e, portanto, aspira pelo que não possui. O Reconhecimento se dá pela presença do outro. Já o Trabalho representa a tarefa, a hierarquia, a autoridade.

Permeando a dinâmica entre os três polos, têm-se os processos de alienação. Estas podem ser alienação mental, social ou cultural. Quando a alienação destaca o sujeito dessa dinâmica, trata-se da alienação mental. Corresponde a concepção comum da loucura, geralmente associada a quadros psicóticos. Já quando a alienação separa da dinâmica o reconhecimento, trata-se da alienação social. O indivíduo sente-se isolado, realizando o trabalho sem a possibilidade de elaborar o sofrimento. E a alienação cultural refere-se ao desconhecimento da hierarquia sobre o trabalho realizado, ao não reconhecimento de entidades representativas (como o sindicato, por exemplo).

Diante das transformações do mundo do trabalho desde a Revolução Industrial, é inevitável refletir sobre como o trabalhador é afetado. A atual organização do trabalho é caracterizada pelo sequestro do sujeito do mundo do trabalho, por uma desumanização desse ambiente. O trabalho não é negociável nem reconhecido. Tudo é imposto, desde o contrato até as tarefas e seus modos de execução. Há uma ausência da escuta do trabalhador que, se faz tudo certo, é ignorado e, se sai da linha, passa a ser percebido como problema.

“Inicialmente, para a psicodinâmica, o sofrimento no trabalho surge quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada em virtude das dificuldades de negociação das diferentes forças que envolvem o desejo da produção e o desejo do trabalhador. Nesse sentido, ao reconhecer o trabalho, ora

como meio para se construir a identidade, ora como fonte de alienação, a psicodinâmica direciona o estudo do sofrimento para a inter-relação dos trabalhadores com a organização do trabalho e para as estratégias defensivas que utilizam para lidar com o trabalho” (MENDES et al., 2007, p. 36).

Para transpor os principais obstáculos da visibilidade do trabalho, Dejours (2008a) elabora um modelo de avaliação do trabalho. Sua proposta é a avaliação baseada na escuta do trabalhador. É preciso acessar o trabalho invisível através da palavra relatada pelo trabalhador. Reconhecer o sofrimento do trabalhador altera o valor do trabalho tanto para o indivíduo no registro de sua identidade, que se dá pelo mérito de suas realizações, quanto para a discrepância entre o trabalho prescrito e o real, já que o conhecimento deixa de estar concentrado exclusivamente nas mãos de quem planeja o trabalho.

Oferecer um espaço de escuta e discussão do trabalho passaria inevitavelmente pela análise da discrepância entre trabalho prescrito e real, uma vez que o enfrentamento desta discrepância é fonte de sofrimento. São gerados novos entendimentos sobre a forma como o trabalho é avaliado quando o tema é posto em debate. É inevitável uma adaptação no sistema quando se insere a opinião do avaliado. A análise sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho das mediações utilizadas pelos jornalistas do serviço público para confrontar o sofrimento originado na discrepância entre trabalho prescrito e real oferece um novo olhar sob a inteligência prática desenvolvida pelos trabalhadores para lidar com as dificuldades do cotidiano.

2. MÉTODO

2.1. Participantes

Foram entrevistados, no total, seis jornalistas, sendo cinco homens e uma mulher, concursados que trabalham há mais de 10 anos no mesmo órgão público. O critério de escolha foi o interesse voluntário dos trabalhadores em participar da pesquisa. Antes dessas entrevistas, realizou-se um estudo piloto com outros dois jornalistas desse mesmo departamento, ambos do sexo masculino, para avaliar a viabilidade da pesquisa, a construção da demanda e o roteiro de entrevista para a pesquisa propriamente dita.

2.2. Instrumento

A fim de favorecer a livre expressão do trabalhador, foi elaborado um roteiro de entrevista/investigação formado por quatro questões estímulo, com base no referencial teórico que norteia o estudo – especialmente em e Mendes et al. (2007). É importante ressaltar que mais do que perguntas que devem ser necessariamente seguidas, essas questões indicam uma direção/sugestão para que o pesquisador comece a explorar os temas da pesquisa: 1) Fale-me sobre o seu trabalho; 2) O que você sente sobre seu trabalho?; 3) O que você faz para lidar com as dificuldades em seu dia-a-dia de trabalho?; 4) Você acredita que o trabalho está afetando sua saúde? De que maneira?

2.3. Procedimentos

A coleta dos dados referentes ao trabalho prescrito dos jornalistas se deu com uma pesquisa documental em relatórios, normas, regimentos e manuais da instituição pesquisada, na legislação brasileira sobre a profissão do jornalista e na literatura utilizada nas universidades. Devido à grande variedade de documentos dificultar a análise das discrepâncias (apesar de haver muita repetição, com muitas divergências pequenas e poucas divergências grandes), selecionou-se, dentre esses, três documentos considerados representativos da prescrição do trabalho do jornalista. Foram definidos, baseado na análise do conjunto total de documentos, três níveis de prescrição do trabalho de jornalista: um administrativo, um profissional e um ético (de princípios e valores).

Um documento com a descrição do cargo de jornalista da instituição, conseguido junto ao Departamento de Recursos Humanos; outro com a descrição do Ministério do Trabalho sobre a profissão de jornalista no

Brasil; e o livro Elementos do Jornalismo, de Kavach e Rosentiel (2003), que apresentam de forma resumida, objetiva e didática as conclusões das discussões do Comitê dos Jornalistas Preocupados. A escolha da presente obra, em específico, se deu após consulta a jornalistas e a um professor universitário do curso de Comunicação Social da Universidade de Brasília.

Já para acessar os dados referentes ao trabalho real, fez-se uma entrevista individual com os seis participantes. As entrevistas tiveram a duração de uma hora cada. Foram gravadas e posteriormente transcritas. Todas procederam em um ambiente privado dentro da instituição, mas fora da sala de trabalho. Para que a pesquisa pudesse transcorrer sem atrapalhar o cotidiano de trabalho optou-se por entrevistar um jornalista de cada vez. Assim, os demais poderiam se organizar para perfazerem as demandas de trabalho. Todos os entrevistados se mostraram muito solícitos e interessados. A participação foi voluntária, sendo a pesquisa comunicada a toda a equipe. As entrevistas eram agendadas mediante contato do jornalista com o pesquisador e aconteceram em setembro de 2008. A entrevista foi semi-estruturada e priorizou a utilização de perguntas abertas, seguindo um roteiro construído após o piloto.

2.4. Análise dos dados

Os dados da pesquisa documental referentes ao trabalho prescrito são descritos integralmente mais adiante e comparados com os dados referentes ao trabalho real, visando analisar as discrepâncias existentes. A ferramenta de análise dos dados coletados nas entrevistas será a Análise de Núcleos de Sentido – ANS, proposta por MENDES et al. (2007). A ideia é categorizar a fala do trabalhador para posterior comparação com os dados obtidos sobre a prescrição do trabalho.

A ANS organiza não só conteúdos manifestos e recorrentes como também conteúdos latentes, psicológicos, contradições, aspectos específicos que são importantes para o objeto. Como o corpus da presente pesquisa corresponde a entrevistas transcritas, a unidade de análise será o tema, agrupado em Núcleos de Sentido de acordo com semelhanças semânticas entre si. Faz-se uso de táticas de validação, como a utilização de três juízes que farão, individualmente, as análises e posteriormente debaterão sobre o que foi visto, como, quando, onde, etc.

Cada Núcleo de Sentido deve atender a critérios de fidedignidade, como: homogeneidade, exaustividade, detalhamento (não deixar lacunas para interpretações frouxas, que podem denunciar problemas na coleta ou na análise dos dados ou na exaustividade), pertinência (se o tema pertence ou não a determinado Núcleo de Sentido) e exclusividade.

3. RESULTADOS

Primeiramente, serão apresentados os resultados da pesquisa documental e, posteriormente, os Núcleos de Sentido das entrevistas. Com relação ao trabalho prescrito, a teoria da Psicodinâmica do Trabalho ainda carece de maiores definições. Em toda a literatura pesquisada não foi encontrada uma descrição deste prescrito. Dejours e os demais autores concentram-se nas descrições do trabalho real. Dessa forma, selecionar o prescrito não foi tarefa fácil.

Como foi possível observar em vários momentos das entrevistas, os trabalhadores fazem menção à prescrição. Todavia, quando questionados sobre essa prescrição, ora fazem menção à imposta pela instituição (como, por exemplo, nas verbalizações: “Porque nós, apesar de sermos jornalistas, nós temos de preservar a instituição”), ora à definição da classe profissional (“A gente não tem um jornal impresso para a população, a gente não tem uma rádio, não tem a TV. Não tem aquela estrutura de comunicação”), e ora à literatura formadora do jornalista (“Porque você sabe que a agilidade na notícia é um dos requisitos principais da notícia. Então se a gente vai dar a notícia depois de tudo acabado, qual a vantagem da gente ter ido lá e etc, entendeu?”). A prescrição não tem uma referência clara e objetiva no referencial pesquisado que seja do conhecimento de todos os trabalhadores. Essa constatação será mais bem discutida no capítulo seguinte.

Diferente do trabalhador do chão de fábrica, cuja tarefa fragmentada e de baixa complexidade é imposta por um prescrito ditado pela instituição, o jornalista, no momento do contrato, já pressupõe uma formação anterior numa faculdade. Ou seja, já se pressupõe uma prescrição anterior à prescrição imposta pela instituição. Acredita-se, para a presente pesquisa, em três níveis de prescrição do trabalho, por entenderem que são documentos reconhecidos que antecedem e norteiam o trabalho do jornalista. O primeiro trata dos princípios e valores da profissão; o segundo da regulamentação estatal sobre a profissão; e, finalmente, uma delimitação da profissão dada pela instituição em que trabalham os jornalistas pesquisados.

3.1. O trabalho prescrito

O primeiro nível do trabalho prescrito será exemplificado pelas conclusões de Kovach e Rosentiel (2003), que definem nove elementos do jornalismo, que são:

A obrigação do jornalismo é com a verdade; sua primeira lealdade é com os cidadãos; sua essência é a disciplina da verificação; seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem; o jornalismo deve ser um monitor independente do poder; deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público; deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante; deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional; e os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência.

O segundo nível de prescrição ao conteúdo imposto pelo Ministério do Trabalho – MT (2008), que faz a seguinte descrição sumária da profissão no Brasil: “recolhem, redigem, registram através de imagens e de sons, interpretam e organizam informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. Fazem seleção, revisão e preparo definitivo das matérias jornalísticas a serem divulgadas em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público”.

As funções do jornalista definidas pelo MT são: informar ao público; iniciar o processo de informação, com coleta e registro, qualificando a informação; atualizar a informação; e comunicar a informação.

Finalmente, o último nível de prescrição do trabalho dos jornalistas pesquisados corresponde à uma delimitação feita pela instituição pública. O cargo é de Analista com especialização em Jornalismo. O único requisito imposto pela instituição para cumprir as atribuições é o grau de escolaridade, com curso superior completo em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Na descrição sumária das atribuições, consta que o jornalista deve: “Planejar, coordenar e executar ações relativas à área de jornalismo, coletando, divulgando e redigindo notícias, informações e mensagens de interesse da Casa”.

3.2. O trabalho real

Com relação aos dados coletados representativos do trabalho real, apenas a síntese será apresentada aqui. Foram delimitados, posteriormente às entrevistas, três Núcleos de Sentido descritos a seguir. Deu-se como nome ao Núcleo de Sentido uma frase do entrevistado que refletisse o conteúdo do núcleo:

1. “É a burocracia que acaba com tudo”

Este Núcleo de Sentido descreve a organização do trabalho do jornalista da Casa. A Comunicação Social é subordinada à Presidência da Casa e possui um coordenador e três chefes de seção. Apesar da divisão, entretanto, há somente uma equipe composta por 13 jornalistas (incluindo os três chefes de seção) e três pessoas do setor administrativo.

O trabalho consiste em noticiar os eventos da instituição e atender as necessidades jornalísticas da mídia externa. A organização do trabalho é marcada pela autoregulação e pelo baixo controle do tempo, ritmo e pressão por produção. A cobertura jornalística é predominantemente das atividades-fim, ou seja, político-legislativas que, em sua quase totalidade, contemplam as atividades dos parlamentares. A linguagem deve ser

o mais curta, objetiva e imparcial possível, haja vista a necessidade de uma linguagem adaptada para o tipo de veículo, um portal de notícias da página da instituição na Internet.

Os jornalistas apontam para um conflito sobre o critério jornalístico adotado pela organização do trabalho, que não é claramente prescrito, e que a inteligência prática desenvolvida por eles baseasse um referencial da formação enquanto jornalista. Critério jornalístico de importância remete à formação do profissional enquanto jornalista, e não à percepção da instituição sobre o que é ou não importante.

Eles produzem ainda um house organ, um jornal impresso de circulação interna e periodicidade mensal, com notícias e reportagens envolvendo o cotidiano e as pessoas da Casa. Também são responsáveis pelo boletim quinzenal das notícias e, em especial, um dos chefes de seção, por atender às necessidades da mídia externa que cobre as atividades da instituição. Os atendimentos são, em sua maioria, dúvidas sobre os acontecimentos de meios de comunicação que não puderam enviar um jornalista para pessoalmente realizar a cobertura dos fatos, que então telefonam para a Comunicação Social.

Os jornalistas da instituição são divididos em duas equipes, cada uma responsável por um turno de trabalho, com exceção dos chefes de seção, que trabalham em tempo integral. O ritmo de produção depende dos acontecimentos da instituição, o que normalmente fica aquém da quantidade e qualidade dos jornalistas.

Segundo os trabalhadores entrevistados, a autoregulação dos jornalistas se dá pela ausência de um comando efetivo na organização que faça esse papel. Apesar de atender as demandas exigidas pela instituição, os jornalistas relataram descontentamento com a produção realizada. “Há um desmantelo total e absoluto do meu setor. A gente produz o mínimo, nem sempre essa produção é digna da nossa capacidade”.

2. “A gente não é burocrata que faz uma matéria e joga no site”

Este Núcleo de Sentido descreve a dinâmica do reconhecimento do trabalho dos jornalistas da instituição e suas condições de trabalho. Marcada pela ausência de vontade política em transformar a Comunicação Social em uma ferramenta estratégica, os parlamentares não reconhecem a importância do trabalho dos jornalistas da Casa.

Percepção que é evidenciada no baixo número de meios de comunicação da instituição (apenas a Internet, quando poderia haver jornal impresso, rádio, TV), na ausência de treinamento (quando iniciaram a vida profissional como jornalistas, realizavam as reportagens nas máquinas de escrever, hoje é enorme o avanço da tecnologia), nas baixas condições de trabalho – com ausência de equipamentos, computadores obsoletos, rede precária, falta de cadeiras, tomadas e infraestrutura.

“Mas a gente vai escrever e o computador não funciona, a rede tem limitações terríveis, cai fora do ar, cai em pleno, você está lá tentando salvar a matéria, se perde a matéria. Então nós temos limitações infinitas, infinitas. Então isso, como você pode imaginar, isso nos leva a um grande desestímulo. Uma grande desmotivação e tudo. Porque nós somos todos, assim, profissionais experientes, profissionais assim, modéstia à parte, gabaritados, sabe? As pessoas todas que entraram aqui entraram por concurso, se submeteram às provas relativamente difíceis. Foram realmente pessoas selecionadas”.

As preocupações políticas estão direcionadas à mídia externa, devido a sua maior divulgação e poder de penetração na opinião pública. O único interesse dos que estão no comando na Comunicação Social é a verba destinada à publicidade institucional, responsável pelas propagandas da instituição na mídia privada. Essa verba é administrada pelo coordenador da Comunicação Social, cujos esforços giram em torno da administração dessa verba e dos interesses do parlamentar que o nomeou para o cargo de coordenador, em detrimento dos interesses do setor.

O baixo reconhecimento dos jornalistas pela organização do trabalho evidencia-se pela ausência de treinamento dos trabalhadores para as mudanças no mundo do trabalho. Outro exemplo do baixo reconhecimento vem das péssimas condições de trabalho dos jornalistas.

Se por um lado a organização do trabalho oferece um baixo reconhecimento deles enquanto jornalistas, há um alto reconhecimento enquanto servidores públicos, com alto salário e estabilidade no emprego. Todavia, a frustração profissional acaba falando mais alto.

Os cargos de chefia são “loteados” entre os políticos e por várias vezes profissionais de outras áreas, não capacitados para a área do jornalismo, são transformados em chefes.

Por outro lado, os jornalistas da iniciativa privada elogiam bastante a qualidade do portal de notícias da Casa, alegando consultá-lo diversas vezes na elaboração das reportagens. O relacionamento entre os jornalistas internos e com os externos é de companheirismo, solidariedade e ajuda mútua, sendo repassadas a eles informações ou denúncias que não podem ser publicadas pelo jornalismo institucional. Há ainda uma diferença de tratamento dedicada aos servidores concursados e os servidores comissionados.

3. “Vou me ocupando de outras coisas para me sentir ativo profissionalmente”

Este Núcleo de Sentido descreve os sentimentos relacionados à profissão de jornalista e ao trabalho no serviço público. A identificação com a profissão de jornalista é vivenciada de maneira prazerosa como gratificação e contribuição para com o processo democrático, além de ser algo dinâmico e que o mantém informado.

É nítido o contraste entre a satisfação com o poder aquisitivo que o trabalho oferece e a realização pessoal e profissional. Todavia, o ritmo e a pressão por produção da iniciativa privada contrastam com o do serviço público, somado à estabilidade no emprego e à boa remuneração.

4. DISCUSSÃO

4.1. Descrevendo a organização do trabalho sob a ótica do real

Começaremos pelo trabalho real, cujos dados foram obtidos da análise das entrevistas. O primeiro Núcleo de Sentido, “É a burocracia que acaba com tudo”, descreve a organização do trabalho dos jornalistas do órgão do serviço público pesquisado. Observa-se que as atribuições da Comunicação Social da Casa são de conhecimento de toda a equipe que, dividida em duas (um grupo para cada turno), procura realizar o trabalho. O organograma divide a equipe dos jornalistas em três seções, mas, na prática, isso não é obedecido e prevalece à divisão em dois turnos de trabalho, com uma parte da equipe em cada turno. É a primeira das contradições identificadas entre o trabalho prescrito e o real.

São basicamente três as atribuições descritas pelos entrevistados para a Comunicação Social: cobrir os eventos que acontecem na Casa (principalmente relacionados aos parlamentares), se relacionar com os jornalistas da iniciativa privada que cobrem os acontecimentos da instituição (normalmente são telefonemas para se informar dos fatos e tirar dúvidas), e produzir o house organ. Direta ou indiretamente, alguns ainda citaram que eles deveriam ser responsáveis pela imagem da Casa. Todos concordaram quanto à importância de se informar sobre os acontecimentos que envolvem a instituição. Relataram que a primeira coisa que fazem logo ao chegarem à instituição é ler jornais e assistir a programas de rádio e TV para saber dos acontecimentos gerais e principalmente dos que envolvem a Casa.

O público-alvo dos jornalistas da Casa deveria ser a população. Mas isso é significativamente reduzido pelo único meio de divulgação da produção jornalística da instituição, a Internet. Apesar de crescente, ainda é pequena a porcentagem da população brasileira com acesso fácil ao meio virtual, com conhecimento das funções da Casa e com interesse nas informações em tempo real dos acontecimentos legislativos. Na prática, o público-alvo tem sido jornalistas da mídia externa, que utilizam as informações do site da instituição para pautar seus noticiários.

Na percepção dos jornalistas entrevistados, o ritmo de trabalho deles acompanha o ritmo de trabalho dos parlamentares na instituição. Como foi relatado em uma das entrevistas, sabe-se que o ritmo de trabalho

dos parlamentares não pode ser medido apenas pelo que eles encontram dentro da instituição – portanto, pelo que é coberto pelos jornalistas da Casa. Mas, por sua vez, o trabalho dos parlamentares dentro da instituição é aquém da quantidade e qualidade dos jornalistas do órgão do serviço público. Portanto, a principal atribuição relatada pelos jornalistas, a de cobrir os fatos relacionados aos parlamentares, possui um ritmo de produção abaixo da capacidade da equipe, não sobrecarregando nem provocando pressão por produção.

No ímpeto por produzir, os jornalistas recentemente desenvolveram o house organ, um jornal impresso de circulação interna com periodicidade mensal que cobre os acontecimentos envolvendo a Casa e seus servidores. O engajamento nessa atividade, no entanto, é secundário e voluntário. Sem poder para exigir um grande desempenho para o impresso, o chefe responsável elabora a pauta e sugere que alguns colegas jornalistas produzam uma matéria. Estes, por sua vez, podem optar por não participar de determinada edição, alegando falta de interesse ou dedicação à outra atividade (institucional ou privada).

A participação não deve concorrer com a atividade de cobertura dos fatos da Casa envolvendo os parlamentares, portanto, o house organ é produzido no “tempo livre” dos jornalistas – como há menos trabalho do que as 5 horas diárias exigidas de cada um pela instituição, eles têm tempo ocioso dentro do horário de trabalho. A produção do house organ possui um caráter secundário dentro da cadeia produtiva na percepção dos jornalistas.

Contradizendo o referencial teórico (LUQUE, 2006; FERREIRA, 2007; BATISTA, 2007; DEJOURS, 2008a) que evidencia uma epidemia dos princípios da administração científica no mundo do trabalho, (ADORNO e HORKHEIMER, 1944), caracterizado pelo aumento do controle sobre o trabalhador (ANTUNES, 1999), os jornalistas do órgão do serviço público pesquisado não vivenciam esse tipo de ordem. Há uma completa despreocupação com a fiscalização dos horários e do trabalho dos jornalistas que, conforme suas próprias palavras, se autoregulam. Esse tipo de autocoordenação do grupo permite aos jornalistas desenvolverem a estratégia (para lidar com o sofrimento) de estarem na instituição apenas no momento em que se demanda a cobertura de um determinado acontecimento, revezando entre os jornalistas da equipe a cobertura dos acontecimentos.

A autoregulação não reflete a vontade de todos os entrevistados, que preferiam uma liderança mais firme e presente, seguindo um planejamento que exigisse mais do que o desempenho mínimo de cada jornalista. A autoregulação atende a expectativa da instituição para com os jornalistas, mas não a expectativa dos jornalistas com relação a eles mesmos, ou melhor, com relação à comparação para com os pares da iniciativa privada, ou com relação ao registro na identidade estabelecido na graduação em jornalismo – e descrito no nível da prescrição dos princípios. Essa autoregulação só acontece pela ausência de um líder legitimado pela instituição que assuma para si essas responsabilidades. Não foi encontrado na literatura pesquisada estudo que confirme ou refute tal característica de autoregulação.

No segundo Núcleo de Sentido, “A gente não é burocrata que faz uma matéria e joga no site”, são descritas a dinâmica do reconhecimento do trabalho dos jornalistas e as condições de trabalho. Essas diferenças são fruto da dinâmica do reconhecimento que atribui mais valor às atribuições de um determinado setor, geralmente o setor responsável pelas atividades-fim da instituição.

A cadeia hierárquica acima dos jornalistas pesquisados é composta pelos três chefes de seção (sendo dois destes servidores concursados e o outro servidor comissionado, indicado pelo presidente), pelo coordenador e pelo presidente da Casa (parlamentar). Os jornalistas (que incluem os chefes das seções), é claro, se importam com o trabalho da Secretaria de Comunicação, já o coordenador e o presidente da Casa, por sua vez, se preocupam apenas com a verba publicitária e, nas palavras de um entrevistado, com aspectos de sobrevivência política – a imagem do parlamentar para as próximas eleições.

Se usarmos o triângulo da Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 2004a), esse quadro diagnostica uma grave alienação cultural, ou seja, o isolamento da autoridade (Trabalho) do pólo Trabalho – Sofrimento – Reconhecimento. A confusão do jornalista frente à alienação cultural é muito significativa. Sem uma liderança

efetiva, a Comunicação Social poderia simplesmente se esfacelar e deixar de atender as demandas prescritas. O equilíbrio, ou seja, a tentativa de se manter saudável, de elaborar o sofrimento patogênico, veio da estratégia de defesa do coletivo de trabalhadores de autoregulação.

O duplo julgamento (DEJOURS, 2004a) a que se submetem os jornalistas é polarizado; se, de um lado, o julgamento da utilidade os menospreza e os ignora, por outro, o julgamento de estética é alto, tanto dos colegas jornalistas da mesma instituição quanto da mídia externa, que reconhecem as dificuldades de produção e de convívio com a instituição, ou seja, o sofrimento, e a qualidade final da produção.

O desempenho da autoregulação é limitado ao reconhecimento do trabalho dos jornalistas. Segundo eles, seu trabalho não tem valor enquanto “moeda de troca” para os parlamentares⁶ que, assim sendo, não investem em melhores condições para eles trabalharem, como mobiliário mais novo e adequado, outros meios de comunicação como rádio ou jornal impresso, e na implantação de políticas de comunicação entre a instituição e a população. A autoregulação não contempla toda a falha da prescrição e deixa em conflito muitos jornalistas no momento de escrever uma reportagem, como qual tipo de linguagem utilizar, qual o tamanho ideal das matérias publicadas e qual o nível de imparcialidade que deveria ser adotado.

O pior, segundo os trabalhadores, é o “loteamento” de cargos, isto é, a distribuição de cargos de chefia para os afilhados políticos ou para cabos eleitorais. Isso resultou algumas vezes em nomeações de profissionais totalmente alheios ao jornalismo para chefá-los, numa clara demonstração do desinteresse pelo produto final dos jornalistas do serviço público. No momento, segundo as entrevistas, após algumas estratégias dos jornalistas reclamando da situação (que serão discutidas no próximo tópico), os chefes são jornalistas⁷. Mesmo melhor do que antes, o foco do coordenador e do presidente na verba da publicidade e nos interesses do parlamentar ainda deixa a Comunicação Social sem uma liderança efetiva, sem autoridade nem planejamento.

Contrariando os resultados dos estudos de Heloani (2006), que identificaram nos jornalistas da iniciativa privada uma baixa qualidade de vida, com sobrecarga de trabalho, incertezas com relação ao futuro profissional e baixa remuneração, com falta de tempo para a família e para os estudos em pós-graduação; os de Silva e Heloani (2007), que numa análise comparativa entre as categorias dos jornalistas e guardas municipais, sinaliza como fatores determinantes os significativos índices de estresse, aspectos sócio-organizacionais do cotidiano estrutural e das características da atividade e os de Grisci e Rodrigues (2007), que ressaltam os impactos reais sobre o trabalhador da notícia da compressão do tempo e da reestruturação do trabalho – com sobreposição/supressão de funções, encurtamento de produção de notícias verificado através da antecipação e planejamento do deadline e avanço rumo à chamada multimídia – tem-se diferentes resultados para a pesquisa com os jornalistas de um órgão do poder público.

Estes não enfrentam sobrecarga de trabalho, mas incertezas com relação ao futuro profissional, baixa remuneração, falta de tempo para a família e para os estudos. O estresse vivenciado se dá por outros motivos, como frustração profissional, monotonia, perda do sentido do trabalho e desilusão com relação ao planejamento para desenvolver um trabalho melhor (corroborando com as vivências encontradas nos resultados da pesquisa sobre trabalho bancário de Resende e Mendes, 2004). E o impacto da compressão do tempo e da reestruturação do trabalho atinge o jornalista do serviço público de outra maneira, por distanciar ainda mais no registro de sua identidade o ideal de ego, do ego ideal, do ego real, como que os destacando da realidade vivenciada por um jornalista “de verdade”.

O estudo de Silva e Heloani (2007) opõe uma categoria profissional intelectualizada a outra composta predominantemente pela camada social média-baixa. Isso mostra as semelhanças do impacto de características gerais do mundo do trabalho sobre uma grande diversidade de trabalhadores, independente do grau de instrução, conforme contribuição trazida por Silva e Heloani (2007) no estudo comparativo entre jornalistas e guardas municipais.

⁶ O produto dos trabalhos dos jornalistas do órgão do serviço público tem uma baixa divulgação e poder de penetração na opinião pública; ao contrário do produto dos trabalhos dos jornalistas da iniciativa privada que, portanto, é foco das preocupações dos parlamentares.

⁷ Possuem diploma em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

A sensação de abandono resultada da alienação cultural somada às precárias condições de trabalho frustra as expectativas dos jornalistas com relação ao seu desempenho e ao produto final de seu trabalho. A missão de noticiar em tempo real empaca muitas vezes na morosidade do serviço público, cuja baixa velocidade da esteira de produção acompanha o ritmo lento da burocracia exigida, corroborando com algumas dificuldades enfrentadas pelo órgão do Poder Legislativo estudadas por Lima (2008), e nos problemas de gestão dos recursos entre os departamentos da Casa, como entre o de Comunicação Social e o de Informática, citados nas entrevistas.

Os sentimentos dos jornalistas com relação à profissão e ao serviço público são descritos no Núcleo de Sentido “Vou me ocupando de outras coisas para me sentir ativo profissionalmente”. Corroborando com o estudo de Heloani (2006), os jornalistas demonstraram uma grande paixão pelas suas atividades, relatando inclusive contribuírem para o processo democrático, além de fornecerem informações para que as pessoas possam se autogovernar, gerando um sentimento de realização por contemplarem a missão do jornalista. Há também um sentimento de gratidão para com o jornalismo e para com o serviço público, que lhe possibilitou um lugar na sociedade e cujo reconhecimento lhe possibilita a aquisição de bens materiais como carro e apartamento próprios, além do sustento da família.

Os jornalistas, por se tratarem de uma classe profissional altamente politizada, ainda mais pela qualificação dos pesquisados (avaliado pela percepção dos entrevistados e por se tratar de uma seleção pública com alto grau de exigência) e trabalhando no contexto do serviço público, possuem consciência da discrepância entre a concepção e a realização do seu trabalho. O contato com as informações divulgadas lhes permite ter conhecimento dos recursos totais da instituição e da quantidade destes que são destinadas às políticas de comunicação social da Casa. Esta evidência só aumenta o choque da discrepância na subjetividade de cada trabalhador.

Segundo Karam (2004), objetividade da informação e interesse público são maquiagens no discurso, idealizações e critérios confusos para esconder os interesses privados por trás da produção da notícia. A veemência dos comportamentos dos que detêm o poder na produção das notícias do órgão pesquisado manifesta o descrédito para com a missão da Comunicação Social da Casa. O reconhecimento dos jornalistas do serviço público é negado pela precarização conferida ao trabalho. As promessas do discurso do trabalho funcionam como uma armadilha que atrai com boa remuneração, estabilidade no emprego e ausência de sobrecarga, mas prende o sujeito e lhe impossibilita de trabalhar, de se realizar profissionalmente, de registrar na sua identidade a sua produção, de deixar sua marca no plano social, contribuindo para a democracia e cidadania.

Observou-se que a mistura dos cargos de assessor de imprensa e de Relações Públicas da instituição com o do jornalista, corroborando com os estudos de Sant’anna (2008), dificulta a localização do indivíduo dentro das prescrições, da sua formação e da instituição. Essa confusão faz do indivíduo a variável de ajuste da discrepância, sujeitando-o às consequências dessa atitude.

Furtado o reconhecimento, o real do trabalho, dessa forma, é empurrado para o campo do invisível. Os pesquisados são reconhecidos apenas como servidores públicos, com seus direitos preservados, mas não são reconhecidos como jornalistas. A desorganização subjetiva que essa ação, esse trabalho nessas condições, é resultado do mal-estar ocasionado pela relação dos indivíduos com a organização do trabalho (DEJOURS, 2004b). A organização do trabalho dos pesquisados avalia-os como servidores públicos e a escuta da presente pesquisa nos modelos propostos por Dejours (2008a) proporcionou uma escuta dos jornalistas, desvelando aspectos invisíveis do trabalho e reconhecendo o sofrimento.

4.2. A discrepância entre prescrito e real

Este tópico pretende verificar a discrepância entre o trabalho prescrito e o real. Observa-se que a discrepância inicia-se entre os diferentes níveis de prescrição. O nível de princípios jornalísticos pressupõe a independência daqueles a quem cobrem, uma monitoração independente do poder, um espaço para crítica e

liberdade para trabalhar de acordo com sua consciência. Tais elementos contradizem a descrição delimitada pela instituição, de divulgar e redigir “notícias, informações e mensagens de interesse da Casa”. Por conseguinte, os jornalistas do órgão do serviço público pesquisado, para contemplar os interesses da Casa prescritos, não são independentes dos parlamentares e suas atividades; não possuem espaço para criticar, uma vez que eles são responsáveis pela boa imagem da instituição; e não trabalham de acordo com a sua consciência, haja vista que todos os entrevistados desejariam que o trabalho rumasse para outros lados.

A discrepância entre a lealdade para com os cidadãos (prescrita no nível de princípios), os interesses da Casa (prescrito no nível institucional) e o *savoir-faire* dos jornalistas (desvelado pela análise das entrevistas) que concluíram que, na prática, o público-alvo do jornalismo feito por eles são jornalistas de veículos privados (e não a população como um todo, conforme prescrição), é outro exemplo do que deve ser resolvido pelo trabalhador no momento em que se depara com uma situação problema envolvendo os citados.

A solução adotada é reconhecida apenas pelos pares, e não pela hierarquia, renegando-a ao campo do invisível ou iluminando-a com a consciência da hierarquia para que possa ser punida. Qualquer uma das saídas gera um sofrimento patogênico, sem espaço para expressá-lo e ressignificá-lo. O estudo de Mendonça e Mendes (2005) ressalta as experiências de injustiça e sofrimento ocasionadas pela ausência de reconhecimento na relação entre chefes e subordinados. Tal estudo demonstra que a retaliação no contexto de uma organização pública como reações do trabalhador podem ser consideradas tipos de estratégias de enfrentamento do sofrimento.

A prescrição ditada pelo Ministério do Trabalho sobre a profissão de jornalista é ampla, genérica e se preocupa com questões do mercado de trabalho. É uma definição que completa o nível de prescrição dos princípios, pois pressupõe o jornalista vinculado a uma empresa, logo, também a contradiz, já que limita sua liberdade de trabalho e sua consciência aos desejos da organização. A intenção de abranger todas as possibilidades de trabalho do jornalista em uma definição carece das especificidades inerentes aos muitos veículos jornalísticos, tais como TV, Rádio, Internet, ou às diversas ocupações do jornalista em um veículo de comunicação, como repórter, redator, editor, chefe de reportagem, diagramador, assessor de imprensa, etc.

O trabalho prescrito não contempla vários aspectos invisíveis, entre eles a necessidade de se informar sobre os acontecimentos gerais e específicos envolvendo a Casa. Para que uma informação possa ser divulgada de forma compreensível e proporcional, é preciso que o jornalista seja um generalista (saiba um pouco de tudo o que está acontecendo) e um especialista (possua conhecimento sobre aquele assunto específico relatado). Desvelar o invisível é essencial para compreender a realidade, reconhecer o sofrimento e transformar o trabalho. Os jornalistas relataram, como uma das primeiras etapas de trabalho, a necessidade de ler diversos jornais e revistas, assistir a noticiários televisivos e navegar na Internet buscando notícias e informações.

A discrepância entre prescrito e real é evidenciada de muitas formas, como na falta de condições (o único meio é a Internet), na falta de uma chefia efetiva e presente, e na falta de fiscalização e interesse em fazer da Comunicação Social uma ferramenta estratégica. Percebe-se na análise do trabalho real que a identificação dos jornalistas é muito maior com o nível de prescrição dos princípios do que, por exemplo, com o nível de prescrição do Ministério do Trabalho ou com o da Casa. Os jornalistas entrevistados atribuem (em relatos saudosistas referentes ao tempo em que trabalhavam no setor privado) aos jornalistas da iniciativa privada uma maior proximidade para com esses princípios, se espelhando neles para tentarem planejar modificações no trabalho.

4.3. As estratégias de mediação

A separação entre a concepção e a realização do trabalho é herança dos princípios da administração científica (SOBRAL e PECI, 2007). Essa separação, como visto antes, causa sofrimento por engessar o trabalho de acordo com a prescrição e por impossibilitar a expressão da palavra, uma vez que todo tempo e espaço deve ser destinado para o desempenho da produção (CRAINER, 1998). No caso dos jornalistas pesquisados,

observa-se que o coletivo de trabalhadores é desarticulado em função do desamparo aprendido nas tentativas frustradas anteriores.

Segundo o relato dos entrevistados descrito no Núcleo do Sentido “É a burocracia que acaba com tudo”, a ausência de pressão por produção oferece aos trabalhadores tempo para discutir o trabalho com os pares, o que de fato acontece na instituição pesquisada. Todavia, nos relatos do Núcleo “Vou me ocupando de outras coisas para me sentir ativo profissionalmente”, as sucessivas tentativas frustradas de negociar uma mudança na organização do trabalho deixaram os jornalistas desiludidos.

A ausência de um espaço para discussão com quem detém o poder de mudança se dá em parte pelo descrédito no sucesso em futuras tentativas, haja vista o histórico da falta de interesse da hierarquia na Comunicação Social, além da falta de sinalização a favor dos jornalistas pela atual hierarquia.

Segundo os entrevistados, como a hierarquia não é concursada, consequentemente não é apreciada com a estabilidade no cargo, ela pensa apenas na sua passagem pela Casa. Os concursados não estão de passagem pela Casa, todavia, dependem da hierarquia para desenvolver um ambiente melhor. Com os interesses da hierarquia voltados para a perpetuação da estadia no cargo de poder, os interesses da instituição são menosprezados. Destarte, embora exista tempo ocioso que poderia ser usado para discutir o trabalho, não há espaço para tanto, no sentido de que a discussão não resulta num planejamento para o futuro da Comunicação Social da instituição, numa mudança na organização do trabalho ou no aumento do reconhecimento.

Um exemplo relatado de estratégia de mobilização coletiva (FERREIRA e MENDES, 2003) dos jornalistas se deu no enfrentamento dos chefes nomeados que são completamente alheios ao jornalismo. Segundo os entrevistados, os jornalistas conjuntamente reclamavam do chefe para hierarquia, divulgavam o fato aos jornalistas do setor privado (que publicam a denúncia como anônima), recorriam ao sindicato dos servidores públicos, ou “gelavam” o chefe, o ignorando ou não o obedecendo. Ao mesmo tempo, eles se autoregulavam para que a demanda de trabalho fosse atendida, independente da ausência de pressão e de punição caso a demanda não fosse respondida. Essa estratégia teve um desfecho satisfatório para os jornalistas, que conseguiram a nomeação de um jornalista para o cargo de chefia (mesmo sendo um jornalista que não é servidor efetivo da Casa, conforme exigiam, já foi considerado por eles um avanço).

Como estratégias individuais (FERREIRA e MENDES, 2003) para lidar com as outras discrepâncias entre o trabalho prescrito e o real, têm-se relatos de afastamento (permanecer o máximo de tempo possível longe da instituição) e de acomodação (racionalizações evitando e eufemizando a angústia, o medo e a insegurança vivenciados no trabalho). Não foi percebida a negação do próprio sofrimento e do sofrimento alheio no trabalho, conforme pode ser observado na pesquisa de Resende e Mendes (2004). A interpretação para tal é de que a categoria dos jornalistas é extremamente intelectualizada e politizada, portanto, eles recorreram a outras estratégias. Muitos buscam fora da instituição a realização pessoal e profissional, com outro emprego ou com cursos procurando novos conhecimentos.

Os efeitos da indústria cultural (ADORNO, 1944) contaminam campos de trabalho distintos dos industriais. A autoridade impõe, neste contexto capitalista (BATISTA, 2007), sem diálogo com os discordantes, a brasileiração do trabalho (LUQUE, 2006), ou seja, a constante precarização. A ausência de comunicação entre quem concebe e quem realiza o trabalho pressupõe uma aceitação submissa às regras de trabalho, rotulando de revolucionários ou encrenqueiros os que se opõem a isso, que, logo, devem ser excluídos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho é um local de grande aprendizado das regras da democracia. É preciso estudar e combater as novas formas de organização do trabalho que instrumentalizam a mão-de-obra e desumanizam o trabalho em nome de um único objetivo: a eficiência, e, eventualmente, o lucro. A tendência do desejo pelo máximo de eficiência no desempenho do trabalhador em curto prazo atropela uma visão em longo prazo do trabalho como fonte de emancipação, produção de saúde e veículo de bem estar social. É urgente a necessidade de se

discutir o trabalho.

Debater o trabalho no plano político, no sentido estrito da palavra, é também debatê-lo no plano moral. A cisão entre a concepção e a realização do trabalho polariza a dinâmica do reconhecimento, supervalorizando o primeiro e menosprezando o segundo. A fragmentação do trabalho em pequenas etapas sem sentido e de baixo grau de dificuldade excessivamente repetidas, o controle do trabalhador e a sobrecarga de trabalho são, entre outras, estratégias de precarização do trabalho que desarticulam o coletivo de trabalhadores.

Sem um espaço para discutir o trabalho, propriedade exclusiva de quem o concebe, os responsáveis pela realização do trabalho não podem se organizar, reunir forças no coletivo e negociar mudanças no mundo do trabalho. Inicialmente restritos ao contexto industrial, os princípios da administração científica contaminam cada vez mais outras áreas do trabalho. O controle excessivo sobre o trabalhador se estende até sobre outras profissões que têm como pré-requisito graduação em curso superior, isto é, das quais se esperava maior autonomia devido à qualificação do indivíduo, como é o caso aqui estudado dos jornalistas do serviço público. No entanto, estes se encontram alheios às decisões políticas e administrativas da Comunicação Social e da instituição, impossibilitados de promover modificações no trabalho.

Debater politicamente e moralmente o trabalho é um processo que gera muita resistência, haja vista que o controle sobre o trabalhador não se limita ao seu corpo e seus movimentos, mas também à sua subjetividade e aspectos cognitivos (ANTUNES, 1999). Promover mudanças significaria diluir o poder concentrado nas mãos de poucos entre os muitos envolvidos no trabalho. Esse deveria ser o exercício da aprendizagem da democracia, mas o que se percebe é a perpetuação de métodos ditatoriais e excludentes que mantêm ou aumentam a distância entre os homens dentro de uma empresa.

Os jornalistas do órgão do serviço público pesquisado sofrem com a crescente precarização do trabalho. Esta precarização se evidencia com o diagnóstico de alienação cultural, com a ausência de liderança e gerenciamento efetivos, com a falta de um espaço para discussão do trabalho entre os jornalistas e a hierarquia, com a carência de condições de trabalho, com o baixo reconhecimento horizontal do trabalho e com os sentimentos de frustração profissional e de perda do sentido do trabalho. Ao contrário do que prega o referencial teórico apresentado, cuja gestão do trabalho se dá no aumento da velocidade da esteira de produção, na sobrecarga, no controle rígido dos horários e do ritmo de produção, e no medo da demissão.

A saúde do jornalista do serviço público, compreendida como o equilíbrio dinâmico entre as estratégias de mediação e o sofrimento, se apoia na boa remuneração e na estabilidade do emprego (aspecto raro na sociedade do desemprego estrutural). A identificação com a profissão de jornalista corrobora com os resultados encontrados por Heloani (2006), embora, segundo os entrevistados dessa pesquisa, não se verifique na iniciativa privada a frustração com relação à quantidade e à qualidade da produção do jornalismo do serviço público. A fronteira entre a saúde e a doença destes é tênue e, muitas vezes, os jornalistas procuram fora do trabalho o tratamento adequado quando buscam em outros cursos ou em um segundo emprego a sensação de estar profissionalmente ativo. O aumento da qualificação não se reflete no trabalho, nem no desempenho, nem no julgamento de utilidade.

As pessoas desenvolvem estratégias para lidar com a precarização e com a ausência de reconhecimento. Estas estratégias vão desde a mobilização do grupo (contra um chefe ou em torno de um house organ – estratégias coletivas) às estratégias individuais, como o afastamento do trabalho, acomodação, procura por atividades extratrabalho, etc. Há uma dissociação entre o trabalho e a produção de riquezas dos servidores públicos, em especial dos jornalistas. Não é o trabalho que produz as riquezas, mas seu vínculo, sua submissão e seu adoecimento. Tal evidência estimula a produção de violência no trabalho (DEJOURS, 2007). Uma violência não necessariamente física, mas moral, subjetiva, social e cultural.

Observa-se um empobrecimento do sentido do trabalho pela estrutura do serviço público. Os trabalhadores pesquisados são qualificados, mas não exercem alteridade, não possuem liberdade de pensar e expor ideias, de exercer criatividade, autonomia e independência de ideias, em suma, de serem sujeitos de si

mesmos. Antes de serem os profissionais para os quais foram preparados, são servidores públicos, e isso pode atrapalhar na hora de colocar em prática tudo aquilo que aprenderam.

O sequestro da parte nobre do trabalho, que é o exercício da democracia, o registro do trabalho na identidade, mostrar o que se sabe fazer, defender seu ponto de vista sobre a maneira de trabalhar se dá porque não há coordenação, há apenas o seguimento estrito de uma prescrição que não contempla a realidade. A coordenação gerencia um ambiente humano, propiciando colaboração, solidariedade e emancipação.

Para isso, pressupõem-se relações de confiança entre os trabalhadores e a organização. Sabe-se, a partir dos conhecimentos desenvolvidos pela psicanálise, dos efeitos danosos da ausência de uma figura de autoridade. Trabalhar não é uma questão puramente técnica, mas também de construção de regras e de convivência com o coletivo – exercício fundamental para a democracia e para a cidadania.

A habilidade de coordenar e gerenciar eficientemente exige comportamentos que não podem ser prescritos. A presente pesquisa mostrou algumas defesas utilizadas para lidar com a relação entre a burocracia e a ação do trabalho dos jornalistas do serviço público. O impacto da burocratização na subjetividade dos servidores públicos é percebido nas estratégias de mediação, cujo uso desmedido e frequente pode desencadear patologias sociais, como a servidão voluntária (MENDES et al., 2007).

Os interesses demonstrados pela hierarquia dos jornalistas do serviço público não condizem com a função social da instituição pública, nem com a responsabilidade social que a Casa possui sobre seus trabalhadores. A subversão da Comunicação Social em um setor que transfere dinheiro da publicidade para apadrinhados políticos é uma grave denúncia da precarização do trabalho. Reza-se um discurso de acomodação na estabilidade e na ausência do medo de demissão enquanto se aumenta o controle burocrático sobre o trabalhador, em detrimento da realização profissional dos jornalistas e da missão de informar bem a população.

Missão que não é desempenhada, uma vez que são os jornalistas da iniciativa privada quem se satisfazem com a produção dos jornalistas do serviço público. Eles procuram a página na internet da Casa e entram em contato com os jornalistas pessoalmente ou por telefone para verificar alguma informação, clarear ou completar a reportagem produzida para o veículo privado de comunicação, além de utilizarem a produção dos jornalistas do serviço público para pautarem suas linhas editoriais.

O presente artigo espera contribuir para o entendimento da realidade de trabalho dos jornalistas, em especial os do órgão público pesquisado, categoria de pesquisa inédita dentro do referencial investigado, mas também para a realidade do trabalho no serviço público, aprofundando nos estudos de Lima (2008). As reflexões sobre os efeitos da epidemia taylorista nos diferentes campos do trabalho avançam na questão da discrepância entre o trabalho prescrito e o real, com o entendimento dos diversos níveis de prescrição interagindo entre si. Espera-se que esta pesquisa motive outras no intuito de transformar o trabalho em um lugar melhor, ressaltando-se a importância de ser este um lugar privilegiado na aprendizagem dos princípios democráticos, na formação da identidade e na saúde dos trabalhadores.

Do ponto de vista teórico, aprofundou-se na precisão de uma definição mais exata do trabalho prescrito, colaborando para futuras produções no campo da Psicodinâmica do Trabalho. Profissões que exigem a necessidade de uma qualificação anterior à entrada em uma instituição (um curso superior em Comunicação Social, por exemplo) já pressupõem uma prescrição a ser seguida, fora a prescrição imposta pela organização do trabalho. Os vários níveis de prescrição nos levam a refletir sobre a teoria, sobre se além dos níveis de prescrição formal, os registrados em papel, não caberia também pensar sobre níveis informais, como a orientação verbal de um superior imediato ou de um colega de trabalho antes de uma dada tarefa, ou ainda ao treinamento disponibilizado pela instituição.

Enfim, abrem-se novos campos de pesquisa nas ciências do trabalho. Como futura agenda de pesquisa recomenda-se o estudo do impacto do trabalho vazio, sem sentido, na vida privada; além do levantamento de características da vida privada, como hobbies, alcoolismo, cigarro e vícios de maneira geral, compulsão alimentar, etc., e correlacioná-las ao trabalho.

6. REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Indústria Cultural e Sociedade**. (trad. Julia Elisabeth Levy, Augustin Wernet, Jorge Mattos Brito de Almeida, Maria Helena Ruschel). São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 4ª Ed, 1944
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.
- BATISTA, J. B. **Trabalho, sofrimento e patologias sociais: estudo com trabalhadores bancários e anistiados políticos de uma empresa pública**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e do Trabalho) – Universidade de Brasília, Brasília DF. 2007.
- CRAINER, S. **Os revolucionários da Administração: um guia indispensável dos pensadores e suas idéias que criaram e revolucionaram a administração e o mundo dos negócios**. (trad. Roberto Galman). São Paulo: Negócio Editora, 1998.
- DEFLEUR, M. L.; BALL-ROKEACH, S. **Teorias de Comunicação de Massa**. (trad. Octavio Alves Velho). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- DEJOURS, C. Avaliação do trabalho submetida à prova do real – Crítica aos fundamentos da avaliação. In: Sznelwar, L. I.; Mascia, F. L. **Trabalho, Tecnologia e Organização**. São Paulo: Editora Blucher, 2008.
- DEJOURS, C. **Conjurer la violence: Travail, violence, sante**. Paris: Editora Payot, 2007.
- DEJOURS, C. **Psicodinâmica do Trabalho na pós-modernidade**. Em: Selma Lancman & Laerte Idal Sznelwar (orgs.). Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Editora Paralelo 15, 2004a.
- DEJOURS, C. Le mal-vivre ensemble. **Journal Le Monde**, edição de 16/01/01, 2001. Disponível em: http://www.lemonde.fr/cgi-bin/ACHATS/acheter.cgi?offre=ARCHIVES&type_item=ART_ARCH_30J&objet_id=683815. Acesso em: 07/01/2008.
- DEJOURS, C. Novas formas de servidão e suicídio. In: Mendes, A. M. (org). **Trabalho e Saúde: O sujeito entre emancipação e servidão**. Curitiba: Juruá Editora, 2008b.
- DEJOURS, C. **O fator humano**. (trad: Maria Irene Stocco Bestiol, Maria José Tonelli). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DEJOURS, C. **Pour une Clinique de la médiation entre psychanalyse et politique : la psychodynamique du travail**. 1993. Disponível em: <http://mapageweb.umontreal.ca/scarfond/T3/3-Dejours.pdf>. Acesso em: 08/01/2009.
- DEJOURS, C. **Souffrance em France – La banalisation de l'injustice sociale**. Paris: Éditions du Seuil. 1998.
- DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. (trad. Heliete Karam, Júlia Abrahão). **Revista Produção**, v. 14, n. 3, pp. 27-34, 2004b.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho – Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho**. São Paulo: Editora Atlas S/A, 1994.
- FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. **Trabalho e risco de adoecimento: o caso dos Auditores Fiscais da Previdência Social Brasileira**. Brasília: LPA Edições, 2003.
- FERREIRA, M. C. **O mito do relógio de ponto**. Acesso em: 20/2/2008. Disponível em: <http://www.sinpaf.org/modules/smartsection/item.php?itemid=162>. 2007.
- GRISCI, C. L. I.; RODRIGUES, P. H. Trabalho imaterial e sofrimento psíquico: o pós-fordismo no jornalismo industrial. **Psicologia e Sociedade**, v. 19, n. 2, pp. 48-56, 2007.
- HELOANI, R. O trabalho do jornalista: estresse e qualidade de vida. **Revista Interações**, jul-dez, ano/vol. XII, número 022. Universidade São Marcos, São Paulo, pp. 171-198, 2006.

KARAM, F. J. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

KARAM, H. “A gente não tem direito à palavra”. Comentário sobre fragmento do filme *Ils ne mouraient pas tous, mais tous étaient frappés*. In: Mendes, A. M.; Lima, S. C. C.; Facas, E. P. (orgs.). **Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho**. Brasília: Editora Paralelo15, 2007.

KOVACH, B.; ROSENTIEL, T. **Elementos do Jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LIMA, H. K. B. **Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho no Contexto do Poder Legislativo do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado Psicologia Social e do Trabalho) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

LUQUE, A. G. (org.). **Sociopsicologia del trabajo**. Barcelona: Editorial UOC, 2006.

MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2ª edição, São Paulo: Summus, 1998.

MENDES, A. M.; MORRONE, C. F. A resignificação do sofrimento psíquico no trabalho informal. **rPOT**, v. 3, n. 2, pp. 91-118, 2003.

MENDES, A. M. *et al.* **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDONÇA, H.; MENDES, A. M. Experiência de injustiça, sofrimento e retaliação no contexto de uma organização pública do estado de Goiás. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 3, pp. 489-498: Maringá, 2005.

Ministério do Trabalho. 2008. Disponível em: www.mte.gov.br. Acesso em: 25/10/2008.

RESENDE, S.; MENDES, A. M. A sobrevivência como estratégia para suportar o sofrimento no trabalho bancário. **rPOT**, v. 4, n. 1, pp. 151-175, 2004.

SANT’ANNA, F. **Mídia das Fontes**. O difusor do jornalismo corporativo. Brasília: Editora Casa das Musas, 2008.

SANTOS, G. B. As estratégias de fuga e enfrentamento frente às adversidades do trabalho docente. **Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, ano 6, n. 1, 2006.

SEABRA, R. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da internet. In: Motta, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília:, 2002.

SILVA, E. P.; HELOANI, R. Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em saúde mental e trabalho: reflexões a partir de uma análise comparativa do estresse em jornalistas e guardas municipais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 10, n. 1, pp. 105-120, 2007.

SOBRAL, F.; PECI, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2007.

PRESCRIPT AND REAL WORK AND MEDIATION OF STRATEGIES FOR JOURNALISTS SOUFFERING

Abstract

This study aims to verify the impact of the discrepancy between prescript and real work on strategies of mediation front the journalists suffering. The participants are journalists public service. The theoretical reference is the Psicodinamics of Work. The actual models of work organizations tend to increase the distance of prescript and real work. The research uses qualitative method. The data collection of prescript work was documental research; and the one concerning real work consisted on six individual interviews with semi-structured script. All interviews were analyzed according to the norms of Análise de Núcleo de Sentido technique. The results show discrepancy between the prescriptions and between prescriptions and real work. This is characterized as a flexible work organization, good remuneration, high professional qualification of the professionals, identification with journalists profession, job stability and enough idle time, contrary the pressure for production and the speedy rhythm of theoretical framework. It was shown the existence of a serious picture of cultural alienation, poor leadership, precarious working conditions, and feelings of professional frustration, lack and helplessness with the institution by the absence of dialogue on the work with the hierarchy. Concludes that there is an impoverishment of the meaning of work by the structure of public service.

Keywords: Psychodynamic of Work; Suffering Mediation Strategies; Journalists.